

06/11/2016 16h22 - Atualizado em 06/11/2016 18h18

PF faz operações em 8 estados para combater fraudes no Enem

Em Montes Claros (MG), PF cumpriu 4 mandados de prisão temporária. Outra operação identificou 22 suspeitos de tentar fraudar o exame.

Do G1, em Brasília

FACEBOOK



Agentes com um dos presos em Montes Claros (Foto: Michelly Oda/G1)

A **Polícia Federal** realizou neste domingo (6) operações em pelo menos 8 estados para combater fraudes contra o Exame Nacional do Ensino Médio (**Enem**), que acontece neste final de semana. Foram cumpridos mandados de prisão, mas até a última atualização desta reportagem a PF ainda não tinha informado quantas pessoas foram presas.

Uma das operações foi **conduzida pela Polícia Federal em Montes Claros (MG)** e teve como alvo uma organização criminoso suspeita de fraudar processos seletivos para universidades e que teria também agido no Enem. A outra foi realizada em estados do Norte e Nordeste e investiga 22 pessoas também suspeitas de fraudar o exame.

Chamada de "Embuste", a operação realizada em MG cumpriu 28 mandados judiciais, sendo 4 de prisão temporária, 4 de condução coercitiva

(quando alguém é levado para depor), 15 de busca e apreensão e outros 5 de sequestro de bens.

De acordo com a PF, a organização criminosa utilizava uma central de telefonia celular para repassar gabaritos de provas para candidatos. O principal alvo eram cursos de medicina.

"No decorrer das investigações, a Polícia Federal conseguiu identificar o repasse de gabaritos, mediante moderna central telefônica via celular, para candidatos situados em diversas partes do país, em evidente fraude ao Enem/2016", diz a nota da PF.

Um rapaz de 34 anos, que fazia a prova do Enem neste domingo em Fortaleza (CE), foi preso em flagrante usando um equipamento eletrônico preso ao corpo e pontos de escuta nos ouvidos. De acordo com a Polícia Federal, ele foi identificado após a deflagração da operação Embuste, em Minas Gerais.

Em depoimento, o rapaz disse que trabalha como secretário de saúde de um município cearense. Procurados, o Ministério da Educação e o Inepx, órgão responsável pela aplicação do Enem, informaram que acompanham as operações da PF, mas que elas não afetaram a realização das provas neste segundo dia do exame.

"O MEC/Inep reitera que está acompanhando com atenção os desdobramentos das operações da Polícia Federal hoje. No entanto, as operações não afetam o Enem", informou.

Ainda de acordo com a Polícia Federal, além do Enem o grupo já teria fraudado, em 2016, vestibulares nas cidades de Mineiros (GO) e **Vitória da Conquista** (BA), realizados em outubro.

Norte e Nordeste

A outra operação, batizada de Jogo Limpo, foi realizada em sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Tocantins, Amapá e Pará. Também em nota, a PF informou que foram cumpridos 22 mandados de busca e apreensão e que o objetivo foi "reprimir fraudes" ao Enem.

"A partir da análise de gabaritos apresentados em anos anteriores promovida pela Polícia Federal em conjunto com o INEP, foram identificadas 22 pessoas que teriam apresentado respostas suspeitas de fraude e que fariam a prova novamente em 2016", diz a nota.

26/01/2017 14h52 - Atualizado em 26/01/2017 14h52

Empresa fraudava Enem e usava aprovação em marketing, diz MPF-CE

Fraudes foram detectadas em 2013 e 2014.
MPF pede condenação dos suspeitos e anulação de aprovação.

Do G1 CE

O Ministério Público Federal no Ceará denunciou na Justiça Federal sete pessoas suspeitas de fraudes realizadas em 2013 e 2014 em vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com o MPF, o esquema era chefiado por uma empresa especializada em cursinhos para vestibulares e usava as aprovações obtidas por meio de fraude, principalmente no curso de medicina, em campanhas publicitárias. O MPF pede que a Justiça condene os suspeitos e quer a anulação da aprovação dos candidatos que participaram do esquema.

De acordo com o procurador da República Celso Leal, autor da denúncia, o objetivo da fraude articulada pelos idealizadores da associação criminosa, além de vantagem financeira e do indevido acesso em cursos de medicina, era, também, proporcionar visibilidade e garantir o maior marketing possível a uma empresa de cursinhos.

A empresa, segundo a o procurador, é especializada em vestibulares na área da saúde, com sede na Paraíba, e que tinha como proprietários dois dos denunciados. Candidatos beneficiados com o esquema eram alunos do cursinho e professores pela empresa atuavam como "pilotos", resolvendo as provas e repassando os gabaritos.

Esquemas

De acordo com o órgão, o grupo atuava nas cidades cearenses de Juazeiro do Norte, Barbalha, Porteirias e Brejo Santo fraudando concursos com uso de "pilotos", "pessoas de elevado conhecimento, responsáveis pela resolução das provas e disponibilização dos gabaritos". Depois, as respostas eram repassadas durante a aplicação das provas aos candidatos que se beneficiavam do esquema.

Ainda de acordo com a denúncia, para possibilitar a fraude, alguns candidatos eram indevidamente inscritos como sabatistas. Eles entravam nos locais de prova no mesmo horário dos demais candidatos, porém, apenas iniciavam o exame no horário noturno. No momento em que as provas já haviam sido resolvidas por membros da associação criminosa, o gabarito era enviado através de mensagens de celular para os que faziam a prova à noite.

As investigações descobriram ainda outras estratégias utilizadas pela organização, como inscrições indevidas de estudantes como deficientes visuais, os quais recebiam uma prova ampliada e possuíam uma hora adicional para a resolução; e inscrições indevidas de candidatos como estudantes de escola pública, mesmo que não o fossem, a fim de possibilitar o ingresso por meio das vagas reservadas para o sistema de cotas.

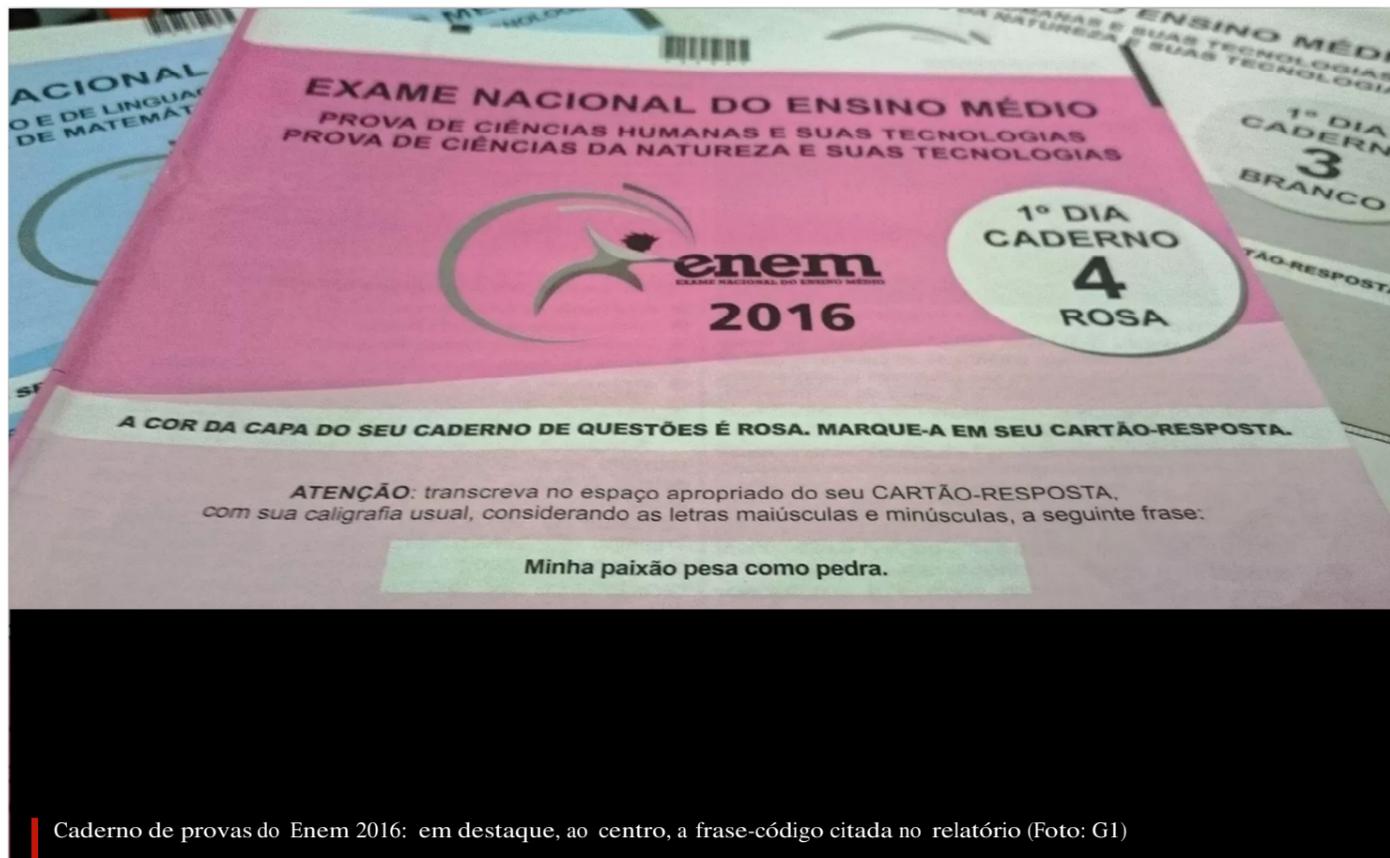
Relatório da PF conclui que houve vazamento do Enem 2016, diz MPF

Polícia Federal aponta estelionato qualificado e que ao menos duas pessoas foram beneficiadas. Procurador diz que crime compromete 'lisura' do exame.



Por G1

01/12/2016 12h05 · Atualizado 01/12/2016 19h34



Caderno de provas do Enem 2016: em destaque, ao centro, a frase-código citada no relatório (Foto: G1)

O Ministério Público Federal (MPF) informou nesta quinta-feira (1) que recebeu relatório da Polícia Federal (PF) que aponta que houve vazamento das provas do **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2016)**. Segundo o MPF, no relatório do inquérito, a Polícia Federal afirma que as provas do primeiro e do segundo dia do exame, além da redação, vazaram antes do início da aplicação para, pelo menos, dois candidatos.

Em comunicado divulgado na tarde desta quinta, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criticou a divulgação, pelo MPF, de informações sobre o inquérito da Polícia Federal, e afirmou que **"não há indício de vazamento do gabarito oficial" do Enem**. O ministro da Educação, Mendonça Filho, disse que **o Enem não será cancelado**.

Segundo o MPF, no texto a PF expressa sua convicção de que houve crime de estelionato qualificado. No domingo 6 de novembro, segundo dia de provas do Enem, candidatos foram presos no Ceará e no Amapá agrados com o tema da redação. Em Fortaleza, a polícia encontrou no bolso de um homem de 34 anos o tema e um texto pronto para ser transcrito. Ele ainda recebeu o gabarito pelo celular e usou também ponto eletrônico na sala do exame.

Em Macapá, um homem de 31 anos foi preso logo depois de deixar o local de prova. Ele confessou que sabia previamente o tema da redação. Com ele, foi encontrado um texto com o assunto "intolerância religiosa", aplicado no Enem a quase 6 milhões de candidatos em todo o país.

O MPF pede que as notas da redação não sejam utilizadas. Em nota, o procurador adiantou que a íntegra do relatório e peças do inquérito serão anexadas ao recurso do MPF que já tramita no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife (PE).

“Uma quadrilha organizada nacionalmente teve acesso antecipado às provas. Isso compromete a lisura do exame e a própria credibilidade da logística de segurança que vem sendo aplicada”, afirmou o procurador.

De acordo com nota do MPF, em um trecho do relatório a PF destaca que, após a análise de celulares apreendidos, "concluiu-se que os candidatos receberam fotografias das provas e tiveram acesso aos gabaritos e ao tema da redação antes do início do exame".

Frase código

Ainda de acordo com a nota do MPF, a polícia afirma que os candidatos tiveram acesso à "frase-código" da prova rosa, o que permitia que candidatos que deveriam fazer provas diferentes da rosa pudessem preencher o cartão de respostas de acordo com o gabarito transmitido pela quadrilha, não importando a cor da prova que o candidato tenha recebido no exame, já que a frase-código é o que legitima a correção conforme a cor referente à frase.

"Tanto o gabarito quanto a frase-código foram divulgados antes do exame, o que garante a responsabilidade de afirmar que houve vazamento da prova", diz o relatório.

A Polícia Federal aponta, ainda, que apesar de dois candidatos terem sido presos em operações policiais diferentes, ambos receberam exatamente as mesmas fotografias com gabaritos das provas, porém de intermediários diferentes, o que indica que a origem do vazamento é a mesma.

Quanto à prova de redação, a perícia da PF identificou que os candidatos presos iniciaram pesquisas no Google sobre o tema da redação a partir de 9h38 do dia 6 de novembro, indicando que tiveram acesso ao tema antes do início da aplicação das provas.

Investigação continua

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, disse nesta quinta que a investigação sobre o suposto vazamento do Enem ainda não foi concluída.

“Não houve conclusão da investigação. A Polícia Federal, como determina a lei, enviou ao Poder Judiciário o inquérito pedindo mais prazo para concluir a investigação. O Judiciário abriu vista para o Ministério Público para concordar com o prazo”, ressaltou.

Segundo ele, o procurador do Ceará poderia ter aguardado para se manifestar, mas o episódio não irá atrapalhar a investigação.

“O procurador se manifestou. Poderia ter aguardado, mas não atrapalha nada a investigação. Vamos continuar a investigação. Pedido de prazo é por mais 60 dias, ainda há diligências a serem feitas”, disse.

A despeito desse irrefragável cenário, revelador de disseminadas ações fraudulentas, as autoridades encarregadas de administrar a educação nacional se recusam a considerar a possibilidade de anular o contaminado ENEM 2016, como se nada de grave tivesse ocorrido.

Em nota conjunta à sociedade brasileira, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e a Polícia Federal afirmaram que as operações deflagradas, quando da realização do ENEM/2016, são “reflexo da ação conjunta entre as instituições, que trabalham em parceria para garantir a segurança e a lisura do certame e os casos identificados, que estão sob investigação, delimitarão a responsabilidade dos envolvidos.” A nota finaliza informando que “o INEP e a PF reiteram o empenho para apurar os fatos, garantindo que não haja prejuízo aos participantes do ENEM 2016.”

Ocorre que o prejuízo já está caracterizado pelo rompimento do princípio constitucional da IGUALDADE, eis que é mais que provável que o certame contou com a participação de beneficiários da fraude, sem que estes fossem identificados.

E se houve vazamento prévio do tema da redação e dos gabaritos da prova, como categoricamente afirmou o Ministério Público Federal do Ceará, é impossível assegurar que todos os beneficiários tenham sido identificados, o que, se ocorrido, retira a credibilidade de todo o certame e submete aqueles que não se valeram de expedientes fraudulentos a uma situação de degradante desigualdade, porquanto, nesse caso, não houve competição, mas o favorecimento do fraudador anônimo em prejuízo do estudante honesto.

A validação do concurso fraudado fere os mais comezinhos princípios constitucionais, sobretudo aqueles que regem os atos da administração pública federal.

Cumpra a todos exigir do Ministério da Educação, do INEP e dos demais organismos encarregados dos destinos da Educação a lisura na aplicabilidade do ENEM, sob pena de convalidarem as autoridades, o ato espúrio da fraude, favorecendo fraudadores e prejudicando inocentes.

É preciso que, cada um de nós externe o seu repúdio a esse quadro, mediante o envio de correspondências ao Senhor Ministro de Estado da Educação e ao INEP, conclamando-os a encontrarem uma solução que resguarde a lisura dos próximos certames para que se deem livres de fraudes e de quebra dos princípios constitucionais, sob pena de desacreditar, para sempre, o já combalido sistema educacional brasileiro.

Confira abaixo mais reportagens sobre a fraude do ENEM.

<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/opera%C3%A7%C3%B5es-em-8-estados-prendem-grupos-suspeitos-de-fraude-ao-enem-1.1176020>

<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/procurador-que-pediu-cancelamento-do-enem-diz-que-houve-vazamento-oficial-1.1176647>

<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/11/candidato-presos-em-fortaleza-entrou-com-tema-e-redacao-no-bolso-diz-pf.html>

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/11/07/tema-da-redacao-foi-vazado-antes-mesmo-do-enem-comecar-diz-delegada-da-pf-no-ce.htm>